



# 30º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:**  
**Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

## **Acessibilidade Cultural: o que a biblioteca pública tem a ver com isso?** **Relato de Experiência**

*Cultural Accessibility: What does the public library have to do with it? Experience Report*

**Angelina Moreira de Souza** – Prefeitura Municipal de Diadema - Secretaria de Cultura - Rede de Bibliotecas de Diadema

**Ruymar Marazo Soares** – Prefeitura Municipal de Diadema - Secretaria de Cultura - Rede de Bibliotecas de Diadema

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma discussão crítica sobre o conceito de acessibilidade cultural e sua relação com o de biblioteca pública, a partir de documentos legais e abordagens técnicas e teóricas sobre o tema dos direitos da pessoa com deficiência, bem como da experiência vivenciada pela Rede de Bibliotecas de Diadema (SP), de modo a abordar desafios, possibilidades e estratégias na realização de ações e serviços mais acessíveis e inclusivos ao público.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Cultural. Biblioteca Pública. Pessoa com deficiência. Direito cultural. Diadema (SP).

**Abstract:** This paper presents a critical discussion on the concept of cultural accessibility and its relationship with that of a public library, based on legal documents and technical and theoretical approaches on the subject of the rights of people with disabilities, as well as the experience lived by the Diadema (SP) Library Network, in order to address challenges, possibilities and strategies in carrying out more accessible and inclusive actions and services for the public.

**Keywords:** Cultural Accessibility. Public Library. Person with disabilities. Cultural rights. Diadema (SP).



## 1 INTRODUÇÃO

A pergunta que intitula este trabalho pode parecer, em um primeiro momento, um pouco redundante, para quem atua acadêmica ou profissionalmente na área, e que compreende já ser intrínseca à biblioteca pública a missão de universalização do acesso à cultura e ao conhecimento a todos os indivíduos. O Manifesto da IFLA/UNESCO (2022) sobre bibliotecas públicas declara, por exemplo, que:

Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na **igualdade de acesso para todos**, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. **Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares**, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade. (IFLA/UNESCO, 2022, [s.p.], grifos nossos)

Mas, se a biblioteca pública é para todas as pessoas, não devendo fazer qualquer tipo de discriminação, por que determinados públicos ainda não são devidamente representados ou acolhidos em igualdade de condições nessa instituição? Por quê precisamos falar de biblioteconomia antirracista, de bibliodiversidade de acervos e de espaços mais inclusivos, se ela teoricamente foi concebida para todas as pessoas? A biblioteca, por si só, já não promove a acessibilidade cultural? Afinal de contas, o que é a acessibilidade cultural?

Mobilizado por essas e outras questões e compreendendo que o tema da inclusão em bibliotecas públicas é muito amplo, optou-se nesse trabalho, abordar especificamente, sobre a inclusão da pessoa com deficiência nesses espaços, discorrendo, sobre os conceitos de deficiência, acessibilidade, acessibilidade cultural e biblioteca pública e sobre as práticas desenvolvidas pela Rede de Bibliotecas de Diadema, de modo a investir estudantes e profissionais das áreas de Biblioteconomia e Gestão Cultural na discussão, promoção e defesa de ambientes e serviços de informação e cultura mais inclusivos e, especialmente, anticapacitistas nos seus fazeres territoriais.

A proposta aqui não é esgotar a discussão ou tampouco trazer fórmulas prontas de como concretizar, simples e magicamente, a acessibilidade cultural nas bibliotecas públicas; pelo contrário, a intenção é provocar, por meio de um relato de experiência, reflexões acerca de que: 1) a biblioteca pública é um espaço de cultura e, 2) como tal,

necessita oportunizar serviços cada vez mais acessíveis, que vão além da oferta de uma rampa ou livros em braile em seus espaços, com vistas à inclusão plena da pessoa com mobilidade reduzida ou com algum tipo de deficiência.

## 2 METODOLOGIA

Entendendo que a aprendizagem significativa sobre determinados assuntos pode se dar melhor quando os relacionamos com nossas experiências ou com conhecimentos já adquiridos (MOREIRA, 2012), que se optou, neste trabalho, adotar como metodologia central o relato de experiência, a fim de tornar mais concreta e palpável a discussão sobre a relação entre acessibilidade cultural e bibliotecas públicas, a partir de quem vivencia no dia a dia ambas as áreas.

Segundo Mônica Daltro e Anna Faria (2019), o relato de experiência

[...] refere-se a uma construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si, a partir do olhar do sujeito-pesquisador em um determinado contexto cultural e histórico. **Sem a pretensão de se constituir como uma obra-fechada ou conjuradora de verdades, desdobra-se na busca de saberes inovadores** (DALTRO, FARIA, 2019, p. 228, grifos nossos).

Tendo isso em vista, este trabalho lança mão de marcos legais brasileiros e internacionais, bem como de abordagens teóricas consolidadas ou em consolidação, dentre elas a das pesquisadoras e defensoras da pauta Viviane Sarraf, Camila Araújo Alves, Many Pereira dos Santos e Anahi Guedes de Mello, de modo a apresentar, discorrer e correlacionar os conceitos de deficiência, acessibilidade, acessibilidade cultural e biblioteca pública, às ações desenvolvidas na, pela ou com a Rede de Bibliotecas de Diadema, e publicizadas no site da prefeitura, com vistas à promoção e aplicação da acessibilidade cultural nesses espaços da cidade.

Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a criação e atuação da Biblioteca Interativa de Inclusão da Vila Nogueira; a realização e ampliação de oficinas livres inclusivas e do evento “Virada Inclusiva”; a participação de agentes de biblioteca e/ou bibliotecárias com e sem deficiência em conselhos municipais da Pessoa com Deficiência e da Cultura; a atuação em rede e o estabelecimento de parcerias.

As ações destacadas visam contribuir para um melhor entendimento sobre a acessibilidade cultural em bibliotecas públicas, apresentando um quadro diversificado



de possibilidades, estratégias e desafios àqueles que estudam ou trabalham no campo da Biblioteconomia e da Gestão Cultural, desenvolvendo práticas mais acessíveis e inclusivas ao seu público com ou sem deficiência.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Modelos de deficiência e conquistas legais**

Para entendermos adequadamente o que é acessibilidade cultural e sua relação com as bibliotecas públicas, é importante saber, em primeiro lugar, o que é acessibilidade e como ela se relaciona com os modelos de deficiência que atravessaram historicamente o movimento de luta desse segmento.

É importante saber ainda, que acessibilidade não é sinônimo de inclusão, uma vez que esta se faz não apenas mais abrangente que a primeira, como constitui-se o objetivo final das medidas e dimensões de acessibilidade aplicadas (MANTOAN, 2017).

A inclusão da pessoa com deficiência, contudo, faz parte de um modelo de pensamento bastante recente, se formos considerar os que o antecederam. O primeiro modelo da deficiência, por exemplo, o modelo médico, consistia em atribuir o “problema” da deficiência ao indivíduo, imputando a ele intervenções de saúde, como terapias ocupacionais, clínicas de reabilitação e tratamentos com especialistas para que pudesse superar as dificuldades geradas pela deficiência. Esse modelo, apesar de sofrer diversas críticas por parte do movimento, foi considerado como de integração, perdurando até as décadas de 1970 e 1980 no Brasil (LANNA JÚNIOR, 2010).

Nos anos de 1990, passa a competir o modelo social da deficiência, o qual é visto como o início da inclusão, e tem como ponto de partida um olhar sociológico fomentado pelo princípio da igualdade defendido a todos os indivíduos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (LANNA JÚNIOR, 2010). Segundo esse modelo, a deficiência não está no indivíduo, mas sim na sociedade a qual não está preparada ou não se prepara para acolher e incluir as pessoas com algum tipo de limitação, seja ela motora, cognitiva e/ou sensorial (LANNA JÚNIOR, 2010).

Por fim, o terceiro modelo, no qual estamos atual e parcialmente inseridos, refere-se ao modelo biopsicossocial da deficiência, desenvolvido em 1977 pelo psiquiatra George L. Engel. Neste modelo, a pessoa com deficiência é compreendida em



sua totalidade, a partir de avaliações inter e multidisciplinares, as quais vão considerar a influência de um conjunto de fatores (socioambientais, psicológicos e pessoais) na vida do indivíduo, e a sua condição de saúde como um gerador de deficiências dentro de certos contextos sociais (BRASIL, 2015; FRANCISCO, GONÇALEZ, 2022). O modelo biopsicossocial vem integrar, assim, as contribuições dos modelos anteriores e unificar os tipos de avaliação da deficiência.

Na prática, apesar do avanço na luta pela garantia de direitos, os três modelos da deficiência coexistem, em maior ou menor medida, no Brasil, uma vez que, assim como ocorre com outros movimentos sociais, existem alguns pontos de divergência, especialmente em casos em que a pessoa com deficiência demanda uma rede maior de apoio e/ou cuidados.

Se uma pessoa com deficiência é entendida como aquela que, segundo definição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, de 2022, tem muita dificuldade ou não consegue realizar de modo algum atividades que envolvem domínios funcionais - o que corresponde à 8,9% da população brasileira, ou seja, 18,6 milhões de pessoas -, logo, medidas plurais de acessibilidade devem ser garantidas, a fim de possibilitar a sua participação plena na sociedade.

Para isso, algumas leis nacionais foram progressivamente instituídas, de modo a se fazer cumprir mecanismos básicos de acessibilidade à população com deficiência, nas diversas esferas sociais. Entre elas, destacam-se a Constituição Federal Brasileira de 1988, que preconiza, no capítulo dos direitos e garantias individuais, que todos os indivíduos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; a Lei Federal 10.098/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº 5296/04, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que também regulamentou o artigo nº 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual trata da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização; o Decreto Federal nº 6949/09, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do



Espectro Autista (TEA), conhecida como Lei Berenice Piana; a Lei Federal nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência) e a Lei nº 14.426, de 19 de julho de 2023, que prevê atendimento prioritário a pessoas com Transtorno do Espectro Autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue (BRASIL, 1988, 2002, 2009, 2012, 2015) .

Além dos marcos legais, algumas normas técnicas foram criadas a fim de subsidiar a implementação de medidas de acessibilidade em serviços e instituições. Destacam-se da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, por exemplo, as normas: NBR 9050/2015, atualizada em 2020, que trata da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e a NBR 15290/2015, que trata da acessibilidade em comunicação na televisão (ABNT, 2015, 2020).

### **3.2 Entendendo acessibilidade e suas dimensões**

Mas afinal, o que é acessibilidade? Segundo a definição da ABNT, acessibilidade é:

a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2020, p. 16)

A LBI, de modo complementar, define acessibilidade como “um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015).

A acessibilidade pode ser ainda melhor compreendida a partir de algumas dimensões apontadas, de forma complementar, pelas autoras Deise Pupo, Amanda Melo e Sofia Ferrés (2006) e Viviane Sarraf (2015, 2018, 2022a), Many Santos (2019) e pelas instituições Mais Diferenças (SÃO PAULO, [s.d.]) e Fundação Dorina Nowill para Cegos ([s.d.]). A saber:

- **Acessibilidade atitudinal:** considerada a que baliza todas as outras, diz respeito ao comportamento das pessoas, o qual deve ser desprovido de preconceito, estereótipo, estigma e discriminação em relação à pessoa com deficiência. Para isso, são necessários treinamentos e capacitações contínuas, de



modo a evitar atitudes capacitistas baseadas na falta de conhecimento e preparo, sobre as necessidades e realidades sociais de cada um e cada uma;

- **Acessibilidade física ou arquitetônica:** diz respeito à adequação ou e à extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações, equipamentos urbanos, calçadas, vias adjacentes e nos meios de transportes individuais ou coletivos, por meio do uso, por exemplo, de rampas de acesso, elevadores, piso podotátil, barras de apoio, corrimãos, entre outros;
- **Acessibilidade metodológica:** também conhecida como acessibilidade pedagógica, diz respeito à eliminação de barreiras nas metodologias de ensino, métodos e técnicas de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos;
- **Acessibilidade instrumental:** diz respeito à superação de barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro de escolas, em atividades profissionais, recreativas e de lazer;
- **Acessibilidade programática:** diz respeito à ausência ou eliminação de barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;
- **Acessibilidade comunicacional e informacional:** diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais, audiodescrição), comunicação impressa (como em livros, apostilas, jornais, revistas), comunicação midiática (em televisão, rádio, websites) e também à comunicação virtual (em redes sociais, repositórios online), considerando pessoas com deficiências sensoriais (cegas, surdas, surdocegas...), intelectuais e neurodivergentes;
- **Acessibilidade natural:** refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Uma pessoa em cadeira de rodas, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, em uma calçada repleta de árvores ou pela areia da praia.

### **3.3 Acessibilidade cultural: um direito em construção**

E a acessibilidade cultural? Valendo-se de todas as dimensões anteriores, a acessibilidade cultural pode ser compreendida como:

[...] um conjunto de medidas para a eliminação de barreiras e **promoção da participação plena das pessoas com deficiência nas políticas, programas, projetos e ações culturais**, garantindo à pessoa com deficiência ou com



mobilidade reduzida viver **de forma independente e exercer seus direitos culturais**. "(BRASIL, 2023, [online], grifos nossos)

Viviane Panelli Sarraf, Mestre em Ciência da Informação pela ECA-USP e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, vai acrescentar que acessibilidade cultural é “Um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos”. E para que os espaços culturais sejam acessíveis, eles precisam que: “seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa independente de sua condição física ou comunicacional” (SARRAF, 2022a, p. 8-9).

Tais definições são referendadas nos artigos 42, 43 e 44, do capítulo 9, da LBI, que trata do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, ao dizer que à pessoa com deficiência é garantida o acesso ao direito à cidadania cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, devendo o poder público promover a sua participação com vistas ao protagonismo, bem como reservar assentos e espaços livres em locais de evento para uso preferencial e de seus acompanhantes (BRASIL, 2015).

Mas será que a acessibilidade, em suas variadas dimensões, é importante somente às Pessoas com Deficiência? Pensando nisso, o conceito “Design universal” ou “design total/inclusivo” ou “acessibilidade universal” foi criado. A ideia é que produtos, serviços, ambientes e interfaces possam ser desenvolvidos pensando no uso pelo maior número de pessoas possível, até porque um ambiente que acolhe a todos, todas e todes, independente da sua condição permanente ou temporária, como estar com uma bengala, um carrinho de bebê ou um pé engessado, é benéfico não apenas para as pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, como também para a própria instituição, uma vez que se torna mais atrativa e diferenciada no seu ramo de atuação cultural (ARANTES, 2022).

### **3.4 Acessibilidade cultural e as bibliotecas públicas em Diadema**

E como as bibliotecas públicas se inserem nisso tudo? Apesar de algumas delas eventualmente estarem sob o guarda-chuva administrativo de secretarias/departamentos municipais de Educação, Turismo e ou mesmo Lazer, Brasil afora, é importante não perder de vista, primeiramente, que as bibliotecas públicas se



constituem verdadeiros, quando não os únicos, equipamentos de cultura nas cidades. Não apenas porque reúne, organiza, preserva, difunde e fomenta, histórica e gratuitamente, produções artísticas, intelectuais e/ou culturais em diferentes meios e de diferentes povos e tradições, locais e épocas, como também viabiliza encontros, diálogos e aprendizagens contínuas para, com e entre os variados públicos. Essa prática fornece condições básicas para a tomada de decisão e o desenvolvimento cultural independente, de indivíduos e grupos sociais, assim como seu engajamento cívico (IFLA, 2022).

Segundamente, as bibliotecas públicas, enquanto livres das amarras curriculares que caracterizam as instituições escolares, têm a liberdade de propor e explorar, com certa flexibilidade, criatividade e ousadia, um universo de possibilidades, que envolve desde a constituição de redes de apoio, parcerias institucionais, até o desenvolvimento de projetos temáticos e inovadores, de ações culturais e de leitura internas, externas e descentralizadas, entre outras. Tudo isso, sob a lógica de um espaço cultural vivo, em que o compartilhamento de saberes e a convivência solidária entre os diferentes, são elementos centrais para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis (IFLA, 2022).

Dentro dessa perspectiva, e retomando os modelos da deficiência, entende-se que as bibliotecas públicas podem se situar no modelo social ou biopsicossocial e buscar estratégias para aproximar pessoas com deficiência – que, por muito tempo, ficaram reclusas em instituições sociais ou, em suas próprias casas –, desses espaços, a fim de experimentarem outras formas de estar no mundo, a partir de ações, serviços e práticas que, ainda que singelas e iniciantes, visam sua participação social e seu empoderamento cultural, e, por sua vez, reivindicam a extinção de inúmeras barreiras de acesso.

A Rede de Bibliotecas de Diadema, por exemplo, foi arriscando alguns passos, de forma tímida e improvisada, em meados dos anos 1990, tendo em vista uma necessidade técnica pontual que se colocou à época, acessibilizando primeiro a leitura a pessoas cegas e com baixa visão, e depois outros serviços culturais à população com e sem deficiência visual, os quais passam inevitavelmente pelo cultivo da acessibilidade atitudinal por todos os envolvidos.

No período em que isso se deu, Diadema – cidade com a segunda maior densidade populacional do país por m<sup>2</sup>, fundada em 1959 e localizada a 17 quilômetros



da capital paulista, no chamado Grande ABC, região metropolitana de São Paulo, junto com outras seis cidades (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) –, vivia uma expansão e descentralização de equipamentos públicos de cultura nos bairros, como estratégia para “salvar” jovens periféricos da criminalidade, que se fazia muito alta na região (IBGE, 2022; DIADEMA, 2023f).

A esses equipamentos públicos, foram integradas pequenas bibliotecas ramais, as quais viabilizaram à comunidade local, especialmente em fase escolar, mais facilidade para realizar trabalhos de escola, sem precisar se deslocar até o centro da cidade. Nesse processo, um pequeno acervo de obras em formato braille que tinha pouco ou nenhum uso e ocupava espaço na biblioteca central, precisou ser desbastado.

Esse acervo foi enviado para a biblioteca ramal do bairro Vila Nogueira, zona leste de Diadema, localizada em um centro cultural com acesso mais facilitado à linha de trólebus, um importante serviço de transporte intermunicipal, que conecta várias cidades da Região do Grande ABC, por meio de uma faixa exclusiva de circulação. Surgiu então, mesmo com um pequeno acervo, a primeira biblioteca acessível da cidade, a pessoas com deficiência visual.

Em 2004, por ocasião de uma verba adquirida pelo Centro de Atenção à Inclusão Social - CAIS da cidade, até então unidade pertencente à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, foi possível, além de reformar o Centro, construir outro espaço voltado à promoção da inclusão da pessoa com deficiência. Surgiu a ideia, então, de criar uma biblioteca a partir da biblioteca ramal já existente, aproveitando o projeto e conceito de bibliotecas interativas desenvolvido pela ECA-USP, em parceria com a FAU-USP, e já em implementação em outras regiões do Grande ABC (DIADEMA, 2024a).

Assim, em 16 de junho de 2004, é inaugurada a Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira - BIIN, agora em um prédio independente, com recursos físicos, comunicacionais e informacionais de acessibilidade, situada à Rua Bernardo Lobo, 263, da Vila Nogueira. A proposta diferenciada da Biblioteca inicia então um movimento dentro da Secretaria de Cultura, recém separada das demais, para se pensar ações plurais de leitura, formação e difusão cultural que proporcionasse, sobre o viés da cultura, inclusão, educação continuada, socialização, saúde e bem-estar a pessoas com e sem deficiência visual, considerando para isso, medidas de acessibilidade como

audiodescrição e tradução e interpretação de Libras, se não em todas ações, ao menos nas mais significativas e esperadas do ano.

Dentre essas ações, destacam-se as oficinas livres de dança, braille, Libras, fotografia e massagem, sob a perspectiva inclusiva, as quais constituíam-se verdadeiros momentos de encontro, convivência e amizade entre arte-educadores, em sua maioria voluntários, e as pessoas com deficiência. Muitas delas, inclusive, mesmo morando longe do bairro, faziam questão de enfrentar as barreiras de acesso existentes no caminho e participar das atividades, certos de que teriam companheiros para boas conversas, em condições de deficiência ou não similares a sua. Era, assim, uma forma de fugir da solidão e aprender uns com os outros, como levar uma vida mais leve, independente e saudável.

Em razão do perfil e atuação diferenciados da biblioteca, desde o início da realização da Virada Inclusiva, Programa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) que visa incentivar a participação de pessoas com e sem deficiência, numa programação cultural, esportiva e de lazer acessível nos municípios, vem promovendo localmente o evento, trazendo propostas protagonizadas especialmente por pessoas com deficiência (DIADEMA, 2022a, 2023e). Além de ser esse um dos objetivos do Programa, ou seja, o de mostrar que pessoas com deficiência também produzem cultura e não apenas consomem, tem como premissa também o lema “Nada sobre nós sem nós”, adotado em 1986 pela organização não governamental “Pessoas com Deficiência da África do Sul”, e por sua vez, por todo o movimento de militância, o qual evidencia a participação ativa dessa comunidade nas ações voltadas a ela mesma (LANNA JÚNIOR, 2010).

Em 2021, por ocasião da troca do governo municipal e do *advocacy* de bibliotecárias e demais profissionais de biblioteca, foi instituída a Rede de Bibliotecas de Diadema, sob a coordenação de uma bibliotecária de carreira, a fim de unificar esforços e diversificar as ações desenvolvidas nas bibliotecas de bairro, dentre elas a de ofertar, por meio da atualização cadastral na Fundação Dorina Nowill para Cegos, livros em formato acessível em braille, tinta-braille e/ ou áudio, nas cinco regiões administrativas da cidade.

Em 2022, após um processo de avaliação das oficinas livres de Libras e Braille da BIIN, através de formulários on-line do google enviado aos participantes, foi constatada



uma demanda de descentralização para outras localidades da cidade, especialmente para o centro, onde havia mais circulação de pessoas, além de mais opções de transporte. A demanda foi encaminhada pela Rede de Bibliotecas à Secretaria de Cultura, a qual viabilizou para o início do ano seguinte, a criação de novas turmas das oficinas das outras quatro regiões da cidade (centro, norte, sul e oeste) (DIADEMA, 2023c, 2023d). As vagas foram preenchidas rapidamente, revelando a existência de públicos com deficiência, também em outras bibliotecas e centros culturais da cidade.

Foi nesse processo de expansão das oficinas, que alguns profissionais, dentre eles da BIIN, observaram a importância de se inserir nos formulários de inscrição para as oficinas, um campo de preenchimento sobre deficiência, que até então não havia, a fim de informar bibliotecas e centros culturais da existência de inscritos com alguma condição especial a ser observada durante as aulas, não somente das oficinas de Libras e Braille, como também das demais linguagens artístico-culturais da cidade.

Em 2022 também, por ocasião de um projeto da pesquisadora e produtora cultural Mariana Oliveira Arantes, fomentado pelo Programa de Ação Cultural do estado de São Paulo - ProAC, a Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira foi considerada, a partir de um levantamento que avaliou 198 equipamentos culturais em 34 cidades da Região Metropolitana de São Paulo, como o espaço com mais acessibilidade na região, tanto ao que se refere à parte física, quanto à programacional e atitudinal, ou seja, à capacidade de oferta de ações inclusivas e de acolhimento dos frequentadores com algum tipo de deficiência (ARANTES, 2022; DIADEMA, 2023a).

Não à toa, logo no início de 2022, por exemplo, a BIIN foi procurada para sediar diferentes ações culturais com foco na inclusão da pessoa com deficiência. Uma delas foi o lançamento da Coleção Dorinha pelo Brasil, produção literária para crianças com e sem deficiência visual, do Maurício de Sousa, composta por cinco volumes em tinta-braille, ou seja, em fonte ampliada e impressão em braille, sobre brincadeiras típicas desenvolvidas em cada uma das cinco regiões brasileiras. Cada um dos exemplares, era acompanhado por CDs de áudios, de modo que diferentes formas de acessar o conteúdo fossem contempladas. Para o lançamento, a Biblioteca convidou crianças assistidas pelo Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) e seus familiares, além de profissionais da Rede de Leitura Inclusiva do Grande ABC, para celebrar o momento (DIADEMA, 2022b).

Em razão dessa e de outras parcerias, a BIIN produziu o trabalho intitulado “Iniciativas Acessíveis e Inclusivas”, de modo a abordar e defender a importância e os desafios de bibliotecas públicas acessíveis a todos. O trabalho foi selecionado dentro da proposta de pôsteres digitais, integrando a programação do 13º Seminário Internacional Biblioteca Viva, que ocorreu na cidade de São Paulo, em 2022<sup>1</sup>.

Em 2023, outras demandas e parcerias se estabeleceram, a partir da necessidade de realizar formações às equipes da Rede de Bibliotecas de Diadema, arte-educadores do segmento e à demais interessados, como aos profissionais da Biblioteca Pública Mário de Andrade, de São Paulo; expandir a participação na Virada Inclusiva aos demais centros culturais e bibliotecas da cidade; promover ações especiais que destacam datas comemorativas relacionadas ao movimento de luta da pessoa com deficiência, como contação de história em Libras, no mês da pessoa surda<sup>2</sup>; acompanhar de forma mais ativa a discussão sobre os direitos da pessoa com deficiência, por meio da participação da BIIN no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e suas conferências e na Rede de Assistência da região leste de Diadema, a qual reúne múltiplos setores e profissionais envolvidos na política de atendimento público aos cidadãos, para discussão e formação continuada acerca de diferentes temas, entre eles o da pessoa com deficiência (DIADEMA, 2024b, 2024c).

Em 2024, a BIIN completou 20 anos de existência e, porque não dizer, também de militância por espaços culturais, especialmente bibliotecas públicas, mais acessíveis e inclusivos às pessoas com deficiência; reunindo e lembrando em seu evento de celebração os frequentadores, profissionais, pesquisadores e parceiros institucionais que, de algum modo, contribuíram ou ainda contribuem para garantir, cada vez mais, o direito à cidadania cultural a todas as pessoas, tenham elas alguma limitação ou não (DIADEMA, 2024a). O objetivo, conforme a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs, é não deixar ninguém para trás.

Vemos que, cada vez mais, pessoas com deficiência têm ocupado espaços sociais, como lhe são de direito, porém sabemos que ainda são poucas as que a fazem, considerando o total de pessoas com deficiência residentes na cidade. Segundo a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u3OxqyWWtil>

<sup>2</sup> Exemplo disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/CyTv2qOssqe/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg%3D%3D>



estimativa de 2021 do IBGE, Diadema possui 28.896 habitantes, com dois anos ou mais de idade, com algum tipo de deficiência (auditiva, visual, mental/intelectual ou motora), correspondendo à 7,3% da população diademense<sup>3</sup> (SÃO PAULO, [s.d.]).

Diante desse quadro, é fundamental o aperfeiçoamento, criação e ampliação contínuos de ações e serviços no âmbito da cultura que contemple as diferentes necessidades desse público, valendo-se desde as parcerias e os órgãos representativos citados, até as políticas culturais em vigência, como a Política Nacional Aldir Blanc, as quais obrigam a reserva de cotas para pessoas com deficiência, bem como a destinação de recursos para a aplicação de medidas de acessibilidade cultural nos projetos.

Nota-se, assim que, desde a criação do primeiro espaço para pessoas com deficiência na cidade, muitas outras ações foram desenvolvidas envolvendo uma ou mais dimensões de acessibilidade, mas especialmente a acessibilidade atitudinal, motor de ação para todas as outras. No processo, erra-se bastante, frustra-se bastante, mas se aprende bastante. E se aprende na relação com a pessoa com deficiência, na experimentação com esta, conforme lembra Camila Alves (2016). Mais que em cursos e formações, o convívio com a pessoa com deficiência é, sem dúvida, o que vai mais ensinar. Que possamos aprender mais e mais, sempre com a disposição de fazer, se não o ideal, ao menos o possível. E o possível pode ser muita coisa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história das bibliotecas públicas, vimos que grupos socialmente minorizados, como pessoas negras, indígenas, homossexuais e/ou com deficiência, entre outros, foram sub-representados ou excluídos não apenas nas ações e políticas culturais das bibliotecas, como também em seus quadros de funcionários, acervos e serviços.

Quando se trata da pessoa com deficiência, atravessada por outros marcadores sociais da diferença, o cenário chega a ser ainda mais desolador, uma vez que as barreiras de acesso à cultura, à informação e ao conhecimento ganham maiores e mais concretas dimensões.

---

<sup>3</sup> Dados obtidos na Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. Disponível no endereço: <https://basededadosdeficiencia.sp.gov.br/estimativa-pop-2010/>



Contudo, diferente das outras pautas sociais, as quais são extremamente legítimas, vê-se que pouco se avançou na discussão da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e, mais especificamente, no campo da Biblioteconomia, apesar dos diversos marcos e instrumentos legais.

Observando o repositório<sup>4</sup> mantido pelo Grupo de Trabalho da FEBAB, sobre a abordagem do tema na biblioteconomia e ciência da informação, vemos, por exemplo, que ela se faz mais presente no segmento das bibliotecas universitárias. Isso se deve, dentre alguns motivos, pelo fato de estarem inseridas em instituições de ensino, que são avaliadas constantemente por comissões do Ministério da Educação - MEC, e dotarem, de modo geral, com mais recursos humanos, materiais e financeiros, quando comparadas às outras tipologias de biblioteca.

Essas desigualdades de condições refletem a necessidade de se pensar e desenvolver políticas que promovam, igualitária e equitativamente, ao setor, mecanismos contínuos e permanentes que favoreçam maior inclusão e acesso à cultura às pessoas com deficiência e demais segmentos da população; pois atribui-se à biblioteca pública, como vimos, uma universalidade de acesso que na prática muitas vezes não se confirma, seja porque enfrenta uma crise de relevância social, diante das novas tecnologias, seja porque reduz a efetividade de acessibilidade à existência de rampas, livros em formato braille, e estar localizada na região central da cidade. Essas são apenas medidas de algumas das dimensões de acessibilidade que fazem com que um espaço seja considerado mais ou menos acessível. Isso, por outro lado, não o faz, necessariamente, mais inclusivo às pessoas com deficiência.

As bibliotecas públicas, para serem acessíveis e inclusivas, precisam que seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independente de sua condição física ou comunicacional, sendo o tema da Acessibilidade Cultural uma preocupação permanente e não apenas sazonal, a depender da afinidade deste ou daquele governo e governante.

É necessário conhecer, dialogar e conviver com as pessoas com deficiência, de modo a se pensar em soluções conjuntas, especialmente, quando faltam recursos materiais, financeiros e humanos, mas sobra o desejo e a vontade de contribuir, ajudar,

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/leiturasrec>



acolher, aprender e construir com esse público. Pois, como já foi mencionado, a acessibilidade atitudinal é o primeiro e mais importante fator da e para a mudança. É preciso mudar mentalidades, para se mudar práticas e prioridades.

A ideia, contudo, não é romantizar a escassez e a precariedade de recursos e tampouco estimular a síndrome do herói ou da heroína, o que seria extremamente leviano, mas chamar atenção que as bibliotecas públicas, como instituições sociais mais democráticas que existem, podem e devem participar ativamente da discussão da inclusão de grupos minorizados nesses espaços, principalmente da pessoa com deficiência, gerando um movimento por igualdade de acesso à cultura e a seus bens culturais na sua região.

Isso pode se dar nela, com ela ou a partir dela. A Rede de Bibliotecas de Diadema tem experienciado isso, quando, além de pensar e desenvolver ações que dialogam com as demandas da pessoa com deficiência, é procurada para receber projetos que já contemplam ou querem contemplar medidas de acessibilidade cultural, ou mesmo para indicar profissionais e consultores que trabalham com o tema e ajudar a articular públicos com deficiência para eventos culturais externos, constituindo-se ponte entre a produção cultural e seus potenciais consumidores e/ou fazedores de cultura com deficiência. A biblioteca pública torna-se, assim, um espaço de referência em novas dimensões sociais.

Assim, é necessário às bibliotecas públicas, antes de tudo, realizarem um diagnóstico do seu serviço e do seu público, de modo a identificar quais dimensões de acessibilidade já atendem, podem atender ou podem ser melhoradas, tendo em vista as necessidades reais da sua comunidade com deficiência. Participar de instâncias de governança e participação social sobre o tema na cidade, é também uma forma riquíssima de mobilizar atores, evidenciar deficiências estruturais existentes nos serviços públicos e pensar em ações mais amplas de intervenção que contemplem a biblioteca pública.

Trocar experiências e constituir redes de apoio com outras bibliotecas públicas, profissionais e entidades que conhecem mais o assunto, é excelente para fortalecer ações, que muitas vezes, são vistas sem muito interesse pelos gestores públicos. A Virada Inclusiva, em Diadema, por exemplo, tem sido um ato de resistência, a qual,



graças aos parceiros têm mostrado cada dia mais ao poder público a importância política e social de promover a diversidade e a inclusão no fazer cultural.

Todas essas “dicas”, constituem-se não apenas conhecimentos práticos acumulados ao longo da trajetória da Rede de Bibliotecas de Diadema no tema, especialmente, por meio da Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira, mas também convites a profissionais, gestores, espaços, serviços e frequentadores a serem aliados contra uma prática que, por outro lado, se faz extremamente danosa ao movimento da pessoa com deficiência: o capacitismo (MELLO, 2019; IGNARRA; SAGA, 2023).

Que nossas bibliotecas públicas sejam vivas, inspiradoras, inclusivas e ainda mais transformadoras na sociedade em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Araújo. **E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: [http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2016\\_d\\_Camila.pdf](http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2016_d_Camila.pdf).

ARANTES, Mariana Oliveira. **Roteiro cultural acessível**: Grande São Paulo. [Livro eletrônico]. Guarulhos, SP: Ed. da Autora, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290**: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.



BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O que é acessibilidade cultural**. 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/perguntas-frequentes-sobre-a-lei-paulo-gustavo/execucao-da-lei-paulo-gustavo/o-que-e-acessibilidade-cultural#:~:text=Acessibilidade%20cultural%20pode%20ser%20compreendida,de%20forma%20independente%20e%20exercer>

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Manual de orientação e apoio para atendimento às pessoas com deficiência**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <https://epge.fgv.br/files/default/manual-de-orientacao-e-apoio-para-atendimento-pcd.pdf>.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>.

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Alunos das oficinas de Libras visitam Museu do Ipiranga**. 14 jun. 2023. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/alunos-das-oficinas-de-libras-visitam-museu-do-ipuranga/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira celebra 20 anos com programação cultural diversificada**. 7 jun. 2024a. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/biblioteca-interativa-de-inclusao-nogueira-celebra-20-anos-com-programacao-cultural-diversificada/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Biblioteca Nogueira é referência nacional em boas práticas de inclusão**. 21 jun. 2023a. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/biblioteca-nogueira-e-referencia-nacional-em-boas-praticas-de-inclusao/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Biblioteca Nogueira promove inclusão, socialização, saúde e bem-estar**. 31 mar. 2023b. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/biblioteca-nogueira-promove-inclusao-socializacao-saude-e-bem-estar/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Caminhada pela Inclusão dos Autistas em Diadema será no domingo (23/06)**. 19 jun. 2024b. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/caminhada-pela-inclusao-dos-autistas-em-diadema-sera-no-sabado-22-06/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema amplia oficina de Libras em bibliotecas municipais**. 8 mar. 2023c. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-amplia-oficina-de-libras-em-bibliotecas-municipais/>



DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema amplia oficinas de Braille**. 17 abr. 2023d. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-amplia-oficinas-de-braille/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema conversa com mães e familiares de pessoas no espectro autista**. 3 abr. 2024c. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-conversa-com-maes-e-familiares-de-pessoas-no-espectro-autista/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema realiza Virada Inclusiva na biblioteca da Vila Nogueira**. 02 dez. 2022a. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-realiza-virada-inclusiva-na-biblioteca-da-vila-nogueira/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema recebe 12ª Virada Inclusiva**. 21 nov. 2023e. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-recebe-12a-virada-inclusiva/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Diadema terá duas representantes na Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência**. 28 mar. 2024d. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-tera-duas-representantes-na-conferencia-nacional-da-pessoa-com-deficiencia/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Evento literário em Diadema promove inclusão de público com deficiência**. 19 abr. 2024e. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/evento-literario-em-diadema-promove-inclusao-de-publico-com-deficiencia/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. Lei nº 4.450, de 20 de dezembro de 2023. 2023f. Disponível em: [http://arquivosdoe.diadema.sp.gov.br/arquivos\\_diario\\_oficial/publicacoes/2023/616/02012024\\_DOE\\_Diadema\\_N540.pdf](http://arquivosdoe.diadema.sp.gov.br/arquivos_diario_oficial/publicacoes/2023/616/02012024_DOE_Diadema_N540.pdf)

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Leitura lúdica diverte, educa e integra crianças com e sem deficiência visual em Diadema**. 14 abr. 2022b. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/leitura-ludica-diverte-educa-e-integra-criancas-com-e-sem-deficiencia-visual-em-diadema/>

DIADEMA (SP). Prefeitura. **Sessão pipoca em Diadema promove reflexão sobre as diferenças**. 12 jun. 2024e. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/sessao-pipoca-em-diadema-promove-reflexao-sobre-as-diferencas/>

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS - FEBAB. Rede de Bibliotecas Inclusivas. **Coleções e serviços**. [s.d.]. Disponível em: <https://redeacessivel.febab.org/colecoes-e-servicos-acessiveis/>

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS - FEBAB. Rede de Bibliotecas Inclusivas. **Materiais de leitura**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/leiturasrec>

FRANCISCO, Lucilene; GONÇALEZ, Paula Regina Ventura Amorim. Modelo biopsicossocial da deficiência: repositórios institucionais x acessibilidade. In:



CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29. 2022, Recife. **Anais** [...]. Recife: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários-FEBAB, 2022. v.1, n.1. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2671>

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva**. [s.d.]. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>

IFLA UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. **Repositório - FEBAB**, acesso em 3 de agosto de 2024, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>.

IGNARRA, Carolina; SAGA, Billy. **Manual anticapacitista**: o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo. [S.l.]: Jandaíra, 2023. Disponível em: <https://livros.arvore.com.br/biblioteca/livros/livro/manual-anticapacitista>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Agência IBGE. **Pessoas com deficiência**: adaptando espaços e atitudes. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Panorama Cidades: Diadema. [s.d.] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/diadema/panorama>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 47, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 37-46, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. P. 122-142.

MOREIRA, Marco Antonio. ¿Al final, qué es aprendizaje significativo? **Revista Currículum**, n. 25, p. 29-56, mar. 2012. Disponível em: <https://riull.ull.es/xmlui/handle/915/10652>



PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Orgs.).

**Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

SANTOS, Many Pereira dos. **Trilhando os caminhos da acessibilidade atitudinal**. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível no endereço:

<https://lacasufrij.wordpress.com/trabalho-de-conclusao-de-curso-3/>.

SÃO PAULO (Estado). **Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência:**

Estimativa populacional 2021. [s.d.]. Disponível em:

<https://basededadosdeficiencia.sp.gov.br/estimativa-pop-2010/>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Acessibilidade em bibliotecas públicas: Workshop: Tecnologia assistiva na biblioteca**

- **operação e uso**. São Paulo, SP: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com

Deficiência, [s.d.]. Disponível no endereço:

<https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/AcessibilidadeemBibliotecasP%C3%BAblicasTecnologia-AssistivanaBiblioteca.pdf>.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência –

benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, SESC São Paulo, n.6, jun. 2018.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade cultural:** guia prático para agentes públicos da

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Brasília-DF:

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, [2022a]. Disponível no endereço:

<http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-publicos-da-secretaria-de-estado-de-cultura-e-economia-criativa-do-distrito-federal/>

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade cultural:** guia prático para agentes culturais e

para o público dos equipamentos culturais da SECEC/DF, [2022b]. Disponível no

endereço: [http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-](http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-culturais-e-para-o-publico-dos-equipamentos-culturais-da-secec-df/)

[criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-culturais-e-para-o-publico-dos-equipamentos-culturais-da-secec-df/](http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-culturais-e-para-o-publico-dos-equipamentos-culturais-da-secec-df/)

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em Espaços Culturais:** Mediação Comunicação

Acessível. São Paulo: EDUC, 2015.